

# **SOBERANIA VERSUS ESTADO:**

CRÍTICA AO BINÔMIO PODER-VIOLÊNCIA  
EM WALTER BENJAMIN

RAQUEL CÉLIA SILVA DE VASCONCELOS - Faculdade Metropolitana  
da Grande Fortaleza. [raquelcsvasconcelos@gmail.com](mailto:raquelcsvasconcelos@gmail.com)

## Introdução

A sociedade contemporânea, herdeira dos valores culturais do lucro do capital, não pode conceber o conceito de soberania sem se remeter à política representativa, cujo poder está centrado no governo legitimado pela política a serviço do Estado. O poder é instituído nas relações legitimadas pela violência. A legalização dessa violência se realiza no direito e na justiça, haja vista o interesse do Estado em manter a lógica do sistema capitalista mediante o controle das relações de gerenciamento da vida da população que permite a condição de inclusão e, simultaneamente, exclusão de pessoas como mecanismo de mantê-las sempre na mesma situação sociopolítica.

Por certo, pensar a soberania como validação e perpetuação do poder político de quem está no centro das decisões, com suporte na concepção de Benjamin (1984), é o mesmo que pensar as transformações históricas conduzidas pelo Estado e suas instituições. A intenção do Estado é sustentar a dominação que caracteriza toda relação política estabelecida na representação governamental.

A ideia de soberania, no entanto, que permeia a identificação entre governo legal e Estado, de algum modo, conserva a convicção de que a soberania se torna a instância de definição da relação política entre Estado representado por um governo legalizado - e sociedade - instância última em que se presencia toda ação do poder soberano estatal. Contrapondo-se a tal concepção, Walter Benjamin se dedica a estabelecer uma distinção entre soberania e Estado com amparo no conceito de soberania como algo presente na ação. A soberania é determinante nas relações de poder estabelecidas pelo próprio homem, uma vez que ela se realiza na condição de um Estado de Exceção (Ausnahmezustand) na alma, com o qual o homem desloca esse poder para ação moral.

Com efeito, a hipótese central deste ensaio é a de que a soberania reivindicada pelo poder estatal se tornou um elemento central da política contemporânea, que se inicia no século XIX, com uma crescente massificação do homem ocasionada no interior das fábricas e pelo domínio da técnica. A massificação se estende às relações políticas, facilitando o avanço imperialista de caráter liberal que culmina em duas grandes guerras no século XX. É justamente no referido século que se presencia um controle social pelo poder vigente.

No ensaio *A Modernidade*, Benjamin (2000b, p.12) assevera que “[...] o herói é o verdadeiro tema da modernité. Isso significa que para viver a modernidade é preciso uma formação heroica”. E em *Experiência e pobreza*, Benjamin (1994a, p.115) relata que a guerra conduz o homem à “nova barbárie”, isto pode ser refletido na vulnerabilidade do próprio corpo que é jogado “[...] num campo de forças de correntes e explosões destruidoras”.

Esses ensaios expressam um controle, de vida e de morte, que nega a possibilidade de escolha, anulando o poder de soberania do próprio homem. Nesse sentido, por que não pensar um aspecto biopolítico nos escritos de Benjamin, quando ele pensa o Estado de exceção como a realização de uma soberania ligada ao poder de decisão do próprio homem? Essa soberania é anulada pela massificação auxiliado pelo avanço técnico-científico na Modernidade, a qual inviabiliza a capacidade do homem pensar a própria condição miserável e o gerenciamento de sua vida pelo poder estatal.

Nesse aspecto, pode-se analisar a categoria biopolítica em Benjamin para compreender as possíveis transformações do ponto de vista político e econômico. Essas transformações, em meados do século XIX, podem ser vistas no fenômeno da massificação, isto é, uma crescente expropriação do corpo mediante a constituição abstrata do sujeito cuja consciência se torna finita.

Não resta dúvida de que o conceito de biopolítica foi enunciado por Foucault pela primeira vez em palestra intitulada *O nascimento da medicina social*. Neste texto, Foucault (1990, p.80) aponta um deslocamento significativo nas estratégias de poder: “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica”.

No quinto capítulo de *A vontade de saber* Foucault (1988) esclarece e aborda o conceito de biopoder, para contrapô-lo ao direito de morte que caracteriza o poder do soberano no século XVII.

Embora o conceito de biopolítica tenha sido enunciado por Michel Foucault (1990), não há intenção aqui de conceber qualquer diálogo entre Benjamin e Foucault.

O ensaio tem o objetivo de tentar entender, com respaldo em textos de Walter Benjamin, as condições históricas que legitimaram práticas de submissão em nome do bem comum. Sem perder de vista a ideia de que a industrialização no Ocidente demarca a expansão do controle por intermédio da linguagem performativa, que impõe um único sentido para as coisas, dificultando ao corpo e à natureza transitarem pela linguagem como num jogo capaz de inventar sentidos transitórios. A ausência da linguagem como jogo facilita a violação do corpo e da natureza, vistos como espaços de intervenção e controle.

#### Melancolia e Spleen: faces de uma fragmentação do homem

A Revolução Industrial amplia as necessidades naturais e do trabalho, conduzindo o artesão - conhecedor de toda a produção do objeto de caráter único e durável - à condição de trabalhador cuja preocupação primordial é a manutenção da própria vida e existência da sociedade, obedecendo à lógica da produção em escala. Isto corresponde ao que Hannah Arendt (2009), em *A Condição Humana*, define como transição da condição de homo faber (ser fazedor) à condição de animal laborans (ser trabalhador), isto é, transita do status de artesão ao estatuto de operário que não possui mais o domínio total da produção do objeto.

Por certo, a Modernidade concebe a ideia de homem que alimenta o status quo, sobretudo porque as sociedades de produção em massa veem no trabalho, entendido como categoria ontológica, um fator determinante à sobrevivência da espécie. Portanto, o status quo se firma por meio da produção industrial de bens destinados ao consumo imediato, os quais precisam atender continuamente ao mercado realizado por meio da inserção do homem no mundo do trabalho, num ciclo constante e infindável, no término do qual se firma a privatização do espaço público mediante trocas econômicas permanentes. A mercadoria cria necessidades que se firmam no desejo permanente de objetos que tragam sentido e significado ao mundo social do consumo, condicionando o sentido da existência.

É nesse mundo do fetiche simbólico da mercadoria que a cultura entra como condição de possibilidade de perpetuação dos desejos infindáveis de consumo e, como consumação desse fenômeno, o trabalho é a via para realização desses desejos.

Esse é o contexto no qual Benjamin mergulha para tentar compreender as transformações e/ou mudanças presentes na Alemanha do século XX, sobretudo, do ponto de vista da cultura burguesa submetida à relação político-econômica, estabelecendo sob a civilização um “monumento de barbárie”.

Benjamin percebe que a cultura alemã na República de Weimar é uma herança do triunfo da ideologia burguesa em favor do historicismo como resultado da facies hipocrática - degeneração descoberta na imanência da História com a Natureza. Em seu ensaio, Teorias do fascismo alemão, Benjamin (1986, p.135) assinala:

[...] o sentimento alemão pela natureza experimentou uma intensificação inesperada. [...] Com um lança-chamas e trincheiras, a técnica tentou realçar os traços heróicos no rosto do idealismo alemão. Foi um equívoco. Pois o que ela julgava serem heróicos eram traços hipocráticos, os traços da morte. Assim, profundamente impregnada por sua própria perversidade, a técnica modelou o rosto apocalíptico da natureza, fazendo-a emudecer, embora pudesse ter sido a força capaz de lhe dar voz. A guerra como abstração física, [...] nada mais é do que a tentativa de desvendar por meio da técnica, de maneira mística e imediata, o segredo de uma natureza concebida em termos idealistas.

É notório o fato de que Benjamin analisa a situação política alemã do século XX à luz do século XVII, verificando a convergência entre a ação do homem barroco e a ação do homem na Modernidade. Ele percebe, no século XVII, um homem desprovido de qualquer ação, haja vista que toda decisão é atrelada à ação do príncipe e à moral luterana. O mesmo acontece no século XX, quando o homem entrega seu poder de decisão ao Estado.

A Reforma Protestante, contrapondo-se à Igreja Católica, contribui para o fortalecimento da tese do direito divino, que facilita o afastamento da ação intermediária de Roma. Por sua vez, o soberano vê na Reforma a possibilidade de sair da tutela papal e assumir também o comando da vida espiritual dos súditos. Com o direito divino, o soberano possui, de direito e de fato, a soma total dos atributos do poder, conduz o soberano ao estado de melancolia (acedia).

Segundo Benjamin (1984), a acedia<sup>1</sup> é o estado de espírito do homem barroco, expresso na linguagem formal do drama barroco. Ela caracteriza a ausência de paixões na linguagem estóica e demonstra o drama do príncipe. O príncipe é afortunado pelo estado de melancolia, comprometendo sua função de governante. Benjamin vê a melancolia como instrumento que salvaguarda a ação do soberano, conduzindo-o ao Estado de Exceção (Ausnahmezustand) na política e à prática da Justiça. Nesse sentido, o Estado de Exceção representa o poder que se desloca para ação individual do homem por meio da ação moral.

A exclusão da ação pela moral luterana, no entanto, manifesta no povo europeu o paganismo, sujeição ao destino e o estreitamento da relação finitude-infinitude por meio da fé, cuja função é resolver o conflito interior do homem com a liberdade do espírito que não precisa da ação, pois a salvação só depende do desígnio de Deus. A ação para a moral luterana é privada de todo valor, conduzindo o homem barroco ao mundo vazio de significação. O rigor da fé priva o homem do mérito da ação, facilitando o desenvolvimento da melancolia. Com efeito, a razão procura prolongar a vida por intermédio da ciência.

O homem barroco vive sob a pressão de duas forças atuantes no mundo: razão (ratio) e fé (fides), decisivas à interiorização e à espiritualidade do homem, fontes da verdade e da vida, porque dão significação à existência. Por isso, o barroco preenche o mundo de significação por meio da arte. As forças que atuam na natureza do

---

<sup>1</sup> É o termo em latim que designa o tédio no Período Medieval: o torpor ou a inércia em que caíam os monges que se dedicavam à vida contemplativa. Segundo Benjamin (1984, p.177), “a acedia é o quinto elo na sequência dos pecados capitais. No círculo infernal que lhe corresponde, reina um frio glacial, que alude aos dados da patologia dos humores, à composição fria e seca da terra”. É uma espécie de torpor espiritual que impede de iniciar o bem. Com o tédio, a acedia tem em comum o estado que a condiciona que não é de necessidade, mas de satisfação, bem característico do estado de melancolia.

homem barroco são expressas na arte pelo contraste entre a luz e a escuridão o que, respectivamente, corresponde à razão e à fé. Essa ambivalência faz o homem criar uma consciência que neutraliza a contradição necessária para o discernimento entre o bem e o mal, tanto do ponto de vista racional quanto religioso.

Assim, a morte é expressa no destino do homem barroco, pois, na alegoria do século XVII, o cadáver é a transposição da melancolia e o melancólico busca o prolongamento da vida por meio da ciência. Na alegoria do século XIX, no entanto, segundo Benjamin (1994b, p.180, grifo do autor) “o teor heróico da inspiração baudelairiana consiste em que nele a memória desapareça completamente em favor da lembrança. Nele existem estranhamente e poucas ‘memórias da infância’”. Isto pressupõe que a lembrança reflete a melancolia do *Spleen* de Baudelaire.

No barroco, Descartes expressa a melancolia por intermédio da dúvida, que desestabiliza a verdade escolástica, permitindo-lhe a interiorização e o questionamento. A dúvida espelha a desordem do mundo, que obriga o homem a ordená-lo pelo pensamento. Essa ordenação é expressão da dúvida cartesiana<sup>2</sup>, que aponta a fragilidade do homem ante a sensação de abandono, por não mais se assegurar da transcendência. A melancolia barroca concebe a experiência histórica para o homem perceber que não existe no mundo um ponto fixo capaz de estabilizar, sustentar e orientar as coisas.

A reflexão de Benjamin acerca do período barroco demonstra que, no século XVII, existem total desestabilização política e desesperança no plano religioso e espiritual. Para o homem do Barroco, o sentimento que paira é o de fragmento. Com a bipartição (corpo e alma), o homem se apegua à existência mediante o incentivo ao desenvolvimento da arte e da ciência, na tentativa de encontrar a felicidade terrena no instante. A fugacidade é o resultado da rigidez da moral luterana. Ela incentiva a ação do *carpe diem*<sup>3</sup> (fruição do instante), que facilita à alegoria unir o eterno e o transitório.

---

<sup>2</sup> A dúvida cartesiana compactua com a expansão da moral luterana por toda a Modernidade. As ideias difundidas por Lutero desprendem, de certa forma, o homem do poder papal. Essas ideias contribuíram para mudanças importantes que levaram a humanidade ao avanço das ciências empíricas.

<sup>3</sup> No teatro alemão barroco, os sentidos e as paixões representam a afirmação da vida mundana. Esta é ilusória e conduz o homem à morte, cuja salvação e aproximação entre finito e infinito ocorre com a mediação da Igreja. A Igreja Protestante, quando retratava a finitude humana ante a ausência de transcendência, conduz o homem ao sofrimento por estar entregue ao destino.

Portanto, a fruição do momento é o reflexo da desconfiança espiritual e religiosa do homem em relação ao mundo. Isto contribui para o segundo perceber que as significações do mundo são vazias, pois Deus deixa de ser o centro, ou seja, tudo passa a ser transitório. Para fugir do estado de melancolia, o príncipe incentiva a ciência e a arte que tinham como principais aliadas a Geometria e a Matemática.

No Barroco, o fragmento alimenta-se do eterno retorno do tempo (dia e noite), que se assemelha ao do progresso na Modernidade. O Barroco não camufla a história, quando apreende o tempo viciado (dia e noite). A Modernidade traz esse tempo viciado quando concebe no progresso o retorno do velho como sendo novo. Barroco e Modernidade concebem o destino fechado. No Barroco, a concepção de destino fechado resulta da dualidade natural do homem. Na Modernidade, essa concepção origina-se da imposição do trabalho que conduz o homem à fragmentação no interior das fábricas.

Assim, como na natureza – céu e terra, o Barroco concebe o conflito entre claro e escuro, evitando a camuflagem da história. A dualidade torna-se presente na ação do príncipe, a qual compromete sua soberania. O poder do soberano pressupõe a presença do conflito dual na história que tramita com base na personalidade ambígua do monarca: em alguns momentos, ele se faz mártir e em outros se faz tirano.

A dualidade do soberano, no entanto, aponta a atuação do fragmento na política e na história, facilitando a ação da consciência do homem histórico, que permite ler a história sob os dois aspectos da natureza contraditória. Assim, o soberano não está sujeito à lei, uma vez que ele é a própria lei e, nessa condição, ele tem o poder de direito e de fato para decidir sobre o destino dos súditos e conduzir a história. O príncipe não pode ser submetido à lei e sua maior virtude é conservar o bem-estar da res publica.

Conceber a Modernidade à luz do Barroco possibilita Benjamin compreender a situação caótica em que culminou a democracia social alemã. Para Benjamin, é necessário compreender a história do Barroco como ruína (Trümmer), uma vez que ela é resultado da dessacralização e do Racionalismo.

No Barroco, o príncipe vive a condição de suprema criatura, mas não escapa à ordem natural (sofrimento e morte) que subjuga o destino de todos. Por isso, afirma Benjamin (1984, p. 93), ele está submetido às “faces de Janus do monarca, os dois

extremos da condição principesca”. Na condição de criatura, são estabelecidos na natureza do príncipe o tirano e o mártir. Na condição de tirano, é seu dever estabelecer a ordem e proteger o Estado, mesmo que seja necessário criar um Estado de Exceção na política. Ele comporta dualidade e simboliza a Criação, vítima da desigualdade entre sua condição hierárquica no reino das criaturas e a miséria de sua condição humana. O tirano assume a condição de mártir, quando demonstra uma atitude estóica perante a repressão das paixões. Para Benjamin (1984, p.89),

No pensamento teológico-jurídico, tão característico do século, manifesta-se o efeito de retardamento provocado por uma superexcitação do desejo de transcendência, que está na raiz dos acentos provocativamente mundanos e imanentistas do Barroco. Pois ele está obcecado pela ideia da catástrofe, como antítese ao ideal da Renascença. É sobre essa antítese que se constrói a teoria do estado de exceção.

Assim, a luta pelo poder na história do Absolutismo leva o monarca às últimas consequências. O príncipe, com a atitude ambivalente, vê-se acometido pela acedia (a sombria indolência da alma – um sintoma da melancolia), que o conduz à fronteira entre a condição de criatura e sua soberania. Na posição de criatura, ele está sujeito à natureza, e, como soberano, tem o dever de subjugar-la, pois a melancolia principesca é o reflexo da incerteza da vida.

#### Expropriação e violação do corpo

No século XVII, a melancolia determina o comportamento político do soberano e o conduz à razão de Estado. Ela é a certeza da individualidade do homem que se vê abandonado e entregue ao destino. E a individualidade deve comportar a dimensão do caráter, pois qualquer ação individual compromete a instância coletiva, pois a ação política do homem em qualquer sociedade está relacionada à atitude soberana presente na ação moral.

Para Benjamin (1984), a verdadeira dicotomia corresponde a dois polos: em um se encontra a história (natureza cega) e no outro polo a anti-história (história naturalizada)<sup>4</sup>. É dessa forma que a história barroca, na concepção de Benjamin, ainda permanece no inconsciente coletivo do povo europeu por meio da política. Na Modernidade, ela é presenciada no controle da ação do homem pelo Estado e na tentativa de dar significação para existência por intermédio do fragmento. Quando o barroco utiliza a inicial da palavra com letra maiúscula é a forma encontrada pelo homem para dar significação à existência das coisas.

Na Modernidade, essa significação se realiza pelo viés profano da mercadoria. O Barroco e a Modernidade neutralizam a ação da consciência do homem histórico quando depositam na razão abstrata o poder de transformação. A melancolia do Spleen baudelairiano, de certa forma, apreende a fruição do instante na mercadoria.

Em Baudelaire, a mercadoria age como uma prostituta, porque ambas realizam desejos inconscientes, transformando o espaço em uma zona comercial que faz o transeunte saborear gozo e receio. Estes são estados de devaneio que aguçam o imaginário da “massa de habitantes”, cuja relação estabelecida com a mercadoria é de fetiche. Nesta condição, a mercadoria precisa “estender-se sobre vastos setores da cidade”, como fazem as prostitutas, pois, como diz Benjamin (1994, p.53), “[...] só a massa permite ao objeto sexual inebriar-se com a centena de efeitos excitantes que exerce ao mesmo tempo”.

Assim, prostituta e mercadoria realizam os desejos que se encontram na fronteira entre necessidade e vontade. Elas permitem o corpo se impor à alma para experimentar a fruição no instante presente no consumo deliberado pelo jogo de sedução que ambas proporcionam.

---

<sup>4</sup> Na concepção de história-natureza do drama barroco, a mentalidade do século XVII descreve um mártir para a história, um conspirador e agenciador da catástrofe, um santo vitimado pelo luto, e a corte como lugar infernal e perverso da história. Na anti-história, o tirano é responsável pela naturalização da história, o conspirador exerce o papel de conselheiro do Príncipe, a corte é o paraíso e teatro da anti-história; no entanto, esses polos derivam de um princípio comum que os concebe: a imanência. Somente na perspectiva da secularização, concebida como responsável pela ausência de transcendência, pensa-se a história como natureza cega, sem fim aparente, com a qual se pode conduzir a criatura a conceber a salvação pelo viés profano.

## Considerações finais

Do ponto de vista da exposição dos relatos históricos presentes neste ensaio, é possível discutir a possibilidade de uma biopolítica em Benjamin. Esse debate é, no mínimo, pertinente, haja vista que os ensaios de Benjamin de crítica à cultura burguesa permeiam, de forma consistente, os conflitos presentes na constituição de uma sociedade presa à lógica do capital. Esta escamoteia as contradições por intermédio da razão absoluta que nega a ação histórica do homem e submete o corpo ao desejo permanente da mercadoria. Na Modernidade, o corpo é violado e expropriado pelo desejo incessante de autorrealização da existência na mercadoria.

Para Benjamin (2000), é na interpenetração entre corpo e espaço de imagem que surgem as inervações do desejo do corpo coletivo, de inserção no processo de decisões. No desejo de autorrealização da existência, presencia-se o lado irônico das razões do capital: ao mesmo tempo em que o corpo supre as necessidades impostas pela mercadoria, paralelamente, ele é reportado à falta de sentido e significado presente na pseudoexistência de uma felicidade fugaz. Assim, a utilização da mercadoria como mecanismo de inserção social demonstra que a Modernidade, como herdeira de um sujeito que se realizou por meio do espírito absoluto, foi responsável pela formação abstrata desse mesmo sujeito, cuja consciência se torna finita e desprovida de reflexão e ação.

A mercadoria, como símbolo de inserção no mundo burguês, desloca-se, na qualidade de valor simbólico, para o domínio intencional da linguagem, por intermédio dos discursos (ou falácias), que só demonstram a inclusão-exclusão mediada pela ação coercitiva do poder central. Esse processo tem por função deliberar, através da violência simbólica, um processo de exclusão permanente do poder de resistência das diferenças. Isso significa afirmar que o mercado cria mecanismos de inclusão da diversidade, e não da diferença. O mercado opera com base em imperativos de controle da vida da população, em que o corpo se torna o espaço desses imperativos fundamentados na governamentalidade que delinea uma pseudoinserção da população no modo de vida burguês.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BENJAMIN, W. Origem do drama barroco alemão. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. Teorias do fascismo alemão. In: \_\_\_\_\_. Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos. Seleção e apresentação de Willi Bolle. São Paulo: Cultrix, 1986. p. 130-137.

\_\_\_\_\_. Experiência e pobreza. In: \_\_\_\_\_. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a. p.114-119. (Obras escolhidas, v.1).

\_\_\_\_\_. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b. (Obras escolhidas, v.3).

BENJAMIN, W. A Modernidade. In: \_\_\_\_\_. A modernidade e os modernos. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000b. p. 7-36.

FOUCAULT, M. A vontade de saber: história da sexualidade. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v.1.

\_\_\_\_\_. O nascimento da medicina social. In: \_\_\_\_\_. Microfísica do poder. 9. ed. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 79-98.